



LEVANTE POPULAR DA JUVENTUDE: PELO DIREITO DE EXISTIR E DE LUTAR

MAIDANA, Bibiana Moro¹; ZUCOLOTTI, Marcele Pereira da Rosa².

RESUMO

Esta pesquisa coloca em questão o movimento social denominado Levante Popular da Juventude (LPJ). Por meio de entrevistas semiestruturadas, buscou-se proporcionar um espaço de fala aos(as) seis militantes entrevistados(as), no intuito de verificar a compreensão que os(as) mesmos(as) possuem sobre o próprio movimento, procurando conhecer suas bandeiras de luta e quais direitos, para eles, são desrespeitados constantemente em nosso país. Buscou-se também entender como seria, para eles, se tais direitos, hoje negados, fossem oferecidos de forma consolidada. Neste estudo, a relação entre direitos humanos, juventude e movimentos sociais ganha destaque e conclui-se que proporcionar escuta ao LPJ possibilitou ir ao âmago das necessidades dessa organização, instigando a abrir rumos que proporcionem reflexão e novos caminhos para a sociedade e para a juventude.

Palavras-chave: direitos humanos; movimentos sociais, Levante Popular da Juventude.

ABSTRACT

This research highlights the social movement called Levante Popular da Juventude (LPJ). Through semi-structured interviews, it was sought to provide a space for speech to the six militants interviewed, in order to verify the understanding that they themselves have about the LPJ movement itself, seeking to know what are their flags of struggle and what rights, for them, are constantly disrespected in our country. We also sought to understand what it would be like for them, if such rights, now denied, were offered in a consolidated manner. In this research, the relationship between human rights, youth and social movements is highlighted and it is concluded that providing listening to the LPJ made it possible to go to the core of the needs of that organization, instigating to open paths that provide reflection and new ways for society and youth.

Keywords: human rights; social movements, Levante Popular da Juventude.

¹ Psicóloga pela Universidade Franciscana – UFN – SANTA MARIA/RIO GRANDE DO SUL – BRASIL. E-mail para contato: bibi.maidana@hotmail.com.

² Docente do Curso de Psicologia e do Mestrado em Ensino de Humanidades e Linguagens, Universidade Franciscana – UFN – SANTA MARIA/RIO GRANDE DO SUL – BRASIL. E-mail para contato: marcele.rosa@ufn.edu.br.

1. INTRODUÇÃO

Os tempos estão difíceis! Discursos de ódio são disseminados facilmente! Schafer, Leivas e Santos (2015) dizem que tais discursos se direcionam a classificar, definir e apontar elementos que fortalecem formas de segregação e opressão social. Diante disso, falar de Direitos Humanos torna-se um desafio absurdamente árduo. O Comitê Brasileiro de Defensoras e Defensores de Direitos Humanos aponta de forma bastante consistente essa realidade triste e assustadora, trazendo que, em 2016, ocorreram 66 mortes de pessoas que militavam por direitos humanos em nosso país e, dessas, a maioria envolvida em conflitos por terra (CBDDDH, 2017). Este triste quadro mostra o quanto lutar por direitos humanos em nosso país não é tarefa fácil.

Os direitos humanos são conceituados como aqueles direitos inerentes à existência humana e, assim sendo, devem ser garantidos a todos os indivíduos, independentemente de sua crença, da cor de sua pele, de sua condição social, de sua opinião política, de sua diversidade sexual, de seu gênero, de sua cultura religiosa. A Declaração Universal dos Direitos Humanos traz em seu primeiro artigo que “Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade” (ONU, 2018). Tal declaração foi elaborada com intuito de garantir de forma global e ampla, pelos países que a assinaram, o direito de expressão, da liberdade e da não opressão.

No Brasil, as reivindicações pelos direitos humanos ganharam intensidade na ação de movimentos sociais que se posicionaram contra o governo ditatorial de 1964. Essa fase foi caracterizada por inúmeras repressões a todo tipo de manifestação. Os movimentos sociais, nesse sentido, se colocavam como forma de oposição a essa realidade e batalharam com objetivo de preservar os direitos humanos, assim criando novos ares para a política (COIMBRA; PASSOS & BENEVIDES, 2002). Nesta direção, os movimentos sociais caracterizam-se por serem constituídos por populações organizadas de acordo com as demandas que os identificam. Montañó e Duriguetto (2011) os descrevem como um coletivo que atua em diversas ações e encontros e acrescentam que seus militantes carregam uma identidade e demandas em comum.

Atualmente, no cenário brasileiro, a democracia vem sendo fortemente ameaçada ou impedida (SANTOS, 2017) e, nesse contexto, pode-se afirmar que os direitos da população estão sob constante ameaça, ao se considerar que as organizações que os defendem para que estejam disponíveis não apenas para as grandes elites, mas para todas as pessoas indiscriminadamente, estão sendo a todo momento fragilizadas, oprimidas e criminalizadas, a

gerar consequências como a produção de discursos e atos odiosos. Além disso, os ativistas em defesa desses direitos frequentemente são vítimas da crueldade que mata tantos militantes, como aponta o relatório citado anteriormente (CBDDDH, 2017).

Diante desse contexto, pensar direitos humanos e movimentos sociais torna-se indispensável, principalmente quando se analisa que o apelo para que melhores condições de vida para a população devem atender às inúmeras insuficiências e carências geradas pelo próprio mundo capitalista. No momento atual, os movimentos sociais ressurgem no cenário brasileiro, assim como na era ditatorial, com intuito de reivindicar contra os tantos retrocessos que afetam a vida da população brasileira, principalmente daquela menos favorecida social e economicamente.

Nesse sentido, o movimento Levante Popular da Juventude (LPJ) foi abordado nesta pesquisa como importante movimento popular jovem que mantém lutas constantes na atualidade pelos direitos humanos. O LPJ pode ser definido como uma organização de jovens que busca motivar as juventudes diante das dificuldades impostas pela contemporaneidade, como a falta de emprego, moradia, saúde, entre outras causas (BENEVIDES; LUZ, 2013).

Estudar um movimento constituído por jovens também tem o intuito de contribuir para romper com pensamentos solidificados ao longo dos anos de que juventude não se interessa pelas questões sociais do contexto onde vive, da sociedade. Além disso, torna-se fundamental enfatizar as inúmeras perdas de vida e de direitos sociais das juventudes oriundas de camadas populares. Souza et al. (2014) destacam que a juventude brasileira é herdeira de distintas formas de exclusão social e possuem seus direitos constantemente diluídos. Além de tudo, cotidianamente, jovens são vítimas de diversas formas de violência. Entre essas violências, segundo o Atlas da Violência de 2017 (IPEA, 2017), são visíveis os assassinatos em grande escala nessa faixa etária, sendo que de 2000 a 2015, cerca de 318 mil jovens foram assassinados no Brasil; somente em 2015, 31.264 homicídios de pessoas com idade entre 15 e 29 anos. Jovens do sexo masculino aparecem como sendo as principais vítimas dessa violência, sendo de considerável percentual a juventude negra.

A partir das reflexões suscitadas pelos temas direitos humanos, movimentos sociais e juventudes, o presente artigo buscou conhecer o movimento do LPJ a partir das impressões de seus próprios militantes. Assim, por meio de entrevistas semiestruturadas, buscou-se proporcionar um espaço de fala aos entrevistados(as), no intuito de verificar a compreensão que os(as) mesmos(as) possuem sobre o próprio movimento do LPJ, procurando conhecer quais são suas bandeiras de luta e quais direitos, para eles, são desrespeitados constantemente em nosso país. Buscou-se também entender como seria, para eles, se tais direitos, hoje negados, fossem

oferecidos de forma consolidada. Proporcionar escuta ao Levante Popular da Juventude possibilitou compreender as necessidades dessa organização e localizá-las num projeto de vida digna não apenas para a juventude, mas para a sociedade brasileira como um todo.

2. MÉTODO

A presente pesquisa, em um primeiro momento, se deu através de estudo bibliográfico, por meio de artigos, livros e cartilhas que discorriam sobre Direitos Humanos, Movimentos Sociais e questões sobre a história e a organização social pesquisada, o LPJ.

A partir disso, foi elaborado um roteiro de entrevista semiestruturada para atingir os objetivos desta pesquisa, que foram realizadas no primeiro semestre de 2018. Os participantes foram seis jovens militantes do movimento LPJ de uma cidade do interior do estado do Rio Grande do Sul, oriundos de duas das frentes que o compõem, sendo elas, a Territorial e a Estudantil. As próprias frentes se organizaram para escolher seus e suas representantes para participar da pesquisa.

Por se tratar de uma pesquisa envolvendo seres humanos, foram utilizados os preceitos éticos descritos nas Resoluções 466/2012 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde e, antes da realização das entrevistas, o projeto foi enviado para avaliação do Comitê de Ética em Pesquisa e obteve aprovação mediante o CAAE de número 185543418.8.0000.5306. Além disso, todos os entrevistados leram e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, no intuito de garantir que os direitos dos mesmos fossem assegurados, incluindo o sigilo e a liberdade para participar, recusar ou desistir da pesquisa a qualquer momento de seu desenvolvimento. As entrevistas foram gravadas mediante a concordância dos entrevistados e, após a análise dos dados, foram apagadas, com o mesmo objetivo ético de resguardar o sigilo e a integridade dos participantes. Ainda nesta direção, cabe destacar que os nomes utilizados na apresentação dos dados são todos fictícios.

O trabalho teve caráter qualitativo, pois objetivou coletar dados que não contemplassem quantificação, por se tratar de questões singulares e advindas da experiência humana, social e subjetiva. A interpretação dos resultados se deu com suporte na Análise de Conteúdo de Bardin (2010), sendo que os dados foram organizados em categorias, denominadas da seguinte forma: “Levante Popular da Juventude: uma Bandeira de Esperança”; “Bandeiras do LPJ e o Projeto Popular para o Brasil”; “Direitos desrespeitados” e “Aquela velha utopia!”. Para melhor compreensão da análise destas categorias, traçou-se algumas considerações sobre esse movimento social de modo a contextualizar suas origens e vieses de luta.

3. UM POUCO DA HISTÓRIA DO LEVANTE POPULAR DA JUVENTUDE

O movimento Levante Popular da Juventude (LPJ) originou-se no estado do Rio Grande do Sul em 2005, constituído por jovens atuantes em distintos segmentos sociais após várias conversações destes sobre a realidade da juventude brasileira na região sul do Brasil. O primeiro encontro do movimento aconteceu na cidade de São Gabriel, no estado do Rio Grande do Sul e fora chamado de Acampamento Sepé Tiaraju. Neste acampamento, reuniram-se 700 jovens, oriundos de distintas organizações, do campo, do movimento dos trabalhadores, da periferia, e universitários; processo que contribuiu para a construção do Levante Popular da Juventude (LPJ, 2016).

O método de atuação utilizado pelo movimento segue preceitos como “prática-teoria-prática”, ou seja, tem-se como meta dar sentido ao que se está praticando. Os recursos desse método incluem cursos e estudos individuais, trocas de experiências de luta e de vida, e participação ativa no movimento. A partir desses elementos, buscam fazer uma análise da conjuntura social, buscando uma identificação da realidade social, para que se alcance uma compreensão sobre as modificações que se tornam necessárias. Esse movimento caracteriza-se por querer evidenciar as juventudes brasileiras e para isso precisa agir como elas. Utiliza-se a animação como instrumento através do qual se reproduzem as mensagens políticas as quais se quer mostrar (LPJ, 2016). No LPJ, o método de ação acontece de maneira resistente, estimulando-se que seus membros se posicionem em atos e intervenções urbanas (RUSKOWSKI, 2012). Estes métodos servem de instrumento para envolver e conversar com os jovens em momento de formação política, sendo que esta formação acontece de maneira coletiva e não se limita a um espaço físico determinado.

O LPJ desenvolve também ações em escolas e reivindicações públicas por educação. No entanto, apesar de se envolver com temáticas que apoiem uma educação popular e de se ligar à organização estudantil universitária, o movimento garante que sua identidade é juvenil. Esta afirmação quer mostrar que o termo juventude é mais abrangente do que apenas relacionado à causa educativa. O movimento, portanto, agrega jovens em diferentes lutas, estudantis, trabalhistas, relacionadas à terra ou à saúde, por exemplo (BENEVIDES; LUZ, 2013).

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Levante Popular Da Juventude: uma bandeira de esperança

A partir de suas experiências, os entrevistados foram convidados a falar sobre suas impressões a respeito do próprio movimento do qual fazem parte. Suas manifestações sobressaíram-se alicerçadas em aspectos de esperança, afetividade e mudança de perspectiva para a juventude:

“O Levante é uma bandeira de esperança; ele consegue ampliar a visão do jovem; pegar um jovem que tá lá no meio do bairro periférico, disputado pelo tráfico de drogas, por várias organizações e instituições que têm no bairro que disputam esse jovem; e ele poder encontrar seus pares, ou seja, uns jovens iguais a ele, do mesmo estado, do mesmo país né, juntos pensando uma nova visão de mundo e sonhando com essa nova visão de mundo” (Eduardo).

A fala citada diz também da condição de suporte oferecido pelo movimento para que seja instrumento de transformação social, através da mobilização das juventudes para que lutem pelos direitos que são cerceados a elas. O movimento não se liga exclusivamente a uma única frente, por essa razão é considerado um movimento divergente dos outros, conforme mostra Henrique: “Ah, é um movimento que eu considero bem diferente dos outros; porque a gente tem essas frentes que a gente vai poder atuar no campo, atuar nas periferias e na universidade”.

O movimento social LPJ é constituído por juventudes que ousam lutar por condições humanas mínimas de sobrevivência para os jovens e por causas sociais que abarcam o âmbito camponês, urbano e estudantil. Ao considerar a essência militante dos movimentos sociais pode-se descrever, a partir da perspectiva de Gohn (2007; 2011), que há, entre eles, alguns que buscam observar a sociedade e detectar as necessidades dos povos e, com isso, preparar ações para que possam suprir estas demandas. Assim se coloca o LPJ para seus militantes, pois, ao almejar uma sociedade mais democrática, suas intervenções agregam a luta pela sustentabilidade, por uma cultura política inclusiva e pela diversidade cultural (GOHN, 2011). A partir do entendimento de uma militante do presente movimento, pode-se obter a dimensão proposta pelo LPJ, enquanto movimento social, formação e lutas:

“O Levante é um movimento nacional, formado por uma diversidade muito grande, assim como se configura o Brasil, que é mulheres, negros e negras, LGBTs, pessoas que sonham por um Brasil mais democrático; com um pensamento mais aberto. E sempre tentando corresponder a conjuntura atual, mas também tentando conciliar com essas pautas que eu acabei de citar, feminista, negra, LGBT” (Marcela).

A juventude diferenciada pela luta com ares de festa e afeto, assim se caracteriza o LPJ, que busca elencar suas representatividades diante da diversidade cultural e social que representa. As falas a seguir retratam também esses aspectos, ao se referir a um dos acampamentos do movimento e a necessidade sentida de militar a favor das causas populares:

“[...] 3000 jovens, a batucada, as místicas, os discursos, a representatividade de ouvir várias mulheres falando; não era só cara branco que falava; não, tinha um monte de menino mais novo que eu, negro, que tu via que era das periferias de todo o Brasil; juventude de todo o Brasil, uma coisa que eu não tinha tido uma experiência nunca na minha vida” (Mariana).

“Então, desde que eu entrei na universidade pública, eu tava querendo me organizar de alguma forma, por causas das pautas feministas que eu sempre levantei uma bandeira; por entender que nem todas as pessoas estão representadas, na política, por exemplo, e fora dela também. Então eu acreditei que tendo mais gente comigo, lutando comigo, os meus companheiros e companheiras, eu seria mais forte! E assim foi!” (Marcela).

Tem-se, aqui, falas, portanto, a representar a pluralidade contida no movimento jovem e que se debruçam sobre questões sociais de seu tempo, e daqueles que são frutos de uma sociedade que ainda guarda resquícios do patriarcado, do machismo, do racismo e lgbtfobia. O LPJ possibilita que seus integrantes tracem seu reconhecimento a partir das experiências vividas em seus grupos de origem, sejam de mulheres, negros, LGBT, trabalhadores rurais, possibilitando uma atenção às reivindicações demandadas e a valorização de suas subjetividades. Essa valorização acontece através do reconhecimento da cultura, que se expressa por meio da música, da dança, do teatro e atos políticos (BENEVIDES; LUZ, 2013).

O LPJ traz consolidados ideais de construção de um novo espaço social, conforme traz Gohn (2011), esses grupos sociais organizam-se em um projeto de vida e sociedade tendo como objetivo promover reflexão no seu espaço e, além de militar pelas demandas de seu grupo, pensam sobre sua existência. Ao se referir a seu movimento, a militante Júlia não apenas o definiu, mas também descreveu a relação existente entre estar nele e as mudanças almejadas nesse processo: “Estar no Levante é um projeto de vida, de como eu quero que seja a minha vida, de como eu quero que seja a vida do meu irmão, das pessoas que convivem comigo, da sociedade como um todo”. Baseado nisso, percebe-se a real preocupação dos militantes em preservar relações que possibilitem gestos de cuidado de maneira coletiva. Encontra-se a demonstração desse aspecto também no fragmento da fala da militante abaixo:

“...ele é a ferramenta pra essas transformações sociais, transformações nas microrrelações, transformações em como eu me relaciono contigo, como eu me relaciono com a sociedade a minha volta, com meus companheiros, com meus amigos, com meu relacionamento. E nas macro, como é que eu vou transformar e melhorar a vida da classe trabalhadora” (Mariana).

Um dos pontos importantes a ser destacado quanto ao LPJ é que o movimento considera que a atuação de construção política com os jovens deve estar relacionada à vinculação afetiva, de experiências de vida compartilhadas e acompanhamento pessoal (LPJ, 2016). Essa

característica pode ser constatada na fala de militantes que encontraram, nos espaços de vivência e lutas, afetividade e cuidado: “a gente tem essa coisa mais acolhedora, de tratar os indivíduos que entram no Levante, de criar laços, acho que isso diferencia muito. [...] a gente tem essa questão de formar laços” (Henrique). E também como coloca Júlia: “a forma como as pessoas, até na própria manifestação, de chegar e perguntar se tava tudo bem contigo, de te oferecer água; a relação humana assim”.

Destaca-se uma integração dos pontos importantes que descrevem o movimento, ou seja, trata-se de um movimento como espaço de afetividade e esperança que não perde de vista os processos de luta por mudanças sociais. Eduardo aponta para este último aspecto: “O Levante é um movimento onde os explorados encontram forças e pares pra poder lutar contra esse sistema”.

As reflexões acerca dos significados do movimento, para seus próprios integrantes, reproduzem de maneira consistente a solidez de ideais que constroem um movimento social, em especial de juventude, que se manifesta politicamente diante da realidade social na qual está inserida. A pluralidade do LPJ simboliza o reflexo da sociedade brasileira, principalmente os oprimidos, diminuídos e mortos diariamente em nosso país. Além disso, as reflexões dos militantes mostram uma importante consciência política e comunitária dos jovens sobre seus espaços de vivências.

4.2 Bandeiras do LPJ e o projeto popular para o Brasil

O movimento se organiza nas frentes: urbana, estudantil e camponesa. Dedicar-se a abordar questões diversas que dizem respeito à juventude periférica, temática trabalhista, morte de jovens decorrentes de ações exacerbadas da polícia, acentuada preocupação com a educação pública e com a população rural (LPJ, 2016).

O apanhado de bandeiras que compõe a luta do movimento LPJ contempla a infinidade de direitos que estruturam as ações da organização. Os participantes explanaram sobre elas, a partir das suas frentes de atuação, além de enfatizarem a importância da participação popular em decisões governamentais. Inicialmente, são mencionadas as questões de luta que envolvem aspectos decorrentes de um atavismo histórico que conduz relações de desigualdade e poder. O trecho a seguir reproduz esse contexto: “construir uma sociedade que socialmente supere os traços do patriarcado, do machismo, do racismo, da lgbtfobia. Então, a igualdade que a gente busca, social, ela perpassa por derrubar essas estruturas...” (Eduardo)

As organizações referenciadas na fala, machismo e patriarcado, se fortalecem na nossa cultura através de concepções herdadas do campo religioso, onde o homem é colocado como o que tem o poder tanto sobre outros homens quanto às mulheres. Essa relação estabelecida fundamenta a cultura machista e a desigualdade de gênero no país. A homofobia, igualmente, está impregnada na cultura brasileira, sendo o Brasil um dos países com maiores índices de mortos por lgbtfobia (CUNHA; SANTOS, 2014).

Neste sentido, a manifestação popular é imprescindível para que haja um avanço em relação aos direitos humanos no país e que o cidadão possa construir juntamente com os governantes os recursos que propiciem benefícios e melhorias para a vida das pessoas. Ricardo mostra que a grande bandeira de luta do LPJ seria uma transformação geral na sociedade, o Projeto popular para o Brasil: “nossa principal bandeira de luta é o projeto popular para o Brasil, que é um conjunto de mudanças e reformas pra sociedade brasileira, que a gente imagina como necessárias pra ter uma vida melhor pro povo brasileiro”.

Esse projeto consiste em estruturar a sociedade de modo que motive o potencial criativo e produtivo do povo, a objetivar transformações sociais no país (CONSULTA POPULAR, 2012). O Projeto Popular para o Brasil simboliza, em um plano ideal, o progresso e obtenção de direitos comumente negados e que deveriam ser ofertados de forma pública (LPJ, 2016).

A seguir destacam-se as causas direcionadas à juventude brasileira: “as pautas do Levante são todas as pautas que atingem a juventude; são pautas econômicas, sociais; as pautas do Levante são todas as que atingem a juventude...” (Júlia).

Além disso, o Levante, enquanto frente estudantil, vai lutar por uma educação que contemple a formação de jovens em diferentes realidades, além de requerer que o acesso às escolas e universidades sejam direitos assegurados, como coloca Henrique: "Da minha frente, a principal é uma universidade pública e de qualidade, com bastante investimento na educação pública" e Mariana: "... por uma escola pública de qualidade, por escola de ensino fundamental, de ensino médio; que as juventudes da periferia tenham acesso às universidades."

A educação como uma das principais pautas discutidas pelo movimento, sendo um direito importante que deve ser proporcionado à população, faz parte do projeto popular brasileiro. Importante acrescentar que a educação pela qual luta o LPJ tem o objetivo de promover mais do que o simples acesso a meios educacionais, mas a permanência e formação da população. Luta-se por uma educação promova reflexões no povo brasileiro, os tire da acomodação diante de sua própria história e possa promover melhorias para a sua e para as próximas gerações (LPJ, 2016).

As aspirações por uma cultura que propicie uma melhora no desenvolvimento da educação são constantes, diante dos muitos cortes governamentais realizados nessas áreas fundamentais e a preocupação dessa juventude se liga fortemente à busca de direitos que possam resultar em acessos dignos à educação pública e de qualidade.

4.3 Direitos desrespeitados

Ao serem questionados sobre quais direitos estão sendo desrespeitados atualmente, os militantes mencionaram uma vastidão, sendo que muitos deles são consequências dos atuais retrocessos na política brasileira. As falas de todos os participantes demonstraram extrema preocupação com a população jovem e a sociedade como um todo:

“Acho que todos os direitos estão sendo feridos, na verdade [...] acho que todos os direitos estão em risco, pro jovem, pro cidadão... e a gente vem num período de regressão assim, perdendo direitos, perdendo políticas e isso deve se intensificar, mas o ponto central disso é uma relação dum país que se desenvolveu conservador, patriarcal, machista, oligárquico ainda, com grandes famílias que controlam o país” (Eduardo).

“Muita coisa está sendo desrespeitada, o nosso direito à educação, o direito à moradia, o direito à vida” (Ricardo).

“A saúde também, que a gente não consegue ter acesso. [...] os direitos da educação, eu acho que, com os cortes, acaba se tornando mais difícil de entrar na universidade” (Henrique).

“O nosso direito à saúde pública, o nosso direito à educação pública de qualidade, o direito de existir tá sendo pautado né...” (Mariana).

Nas falas acima, o direito a uma existência íntegra está sendo colocado em pauta pelos militantes. Discorrem os militantes sobre a frequente retirada de recursos públicos de áreas que deveriam zelar pelo cuidado de saúde mental e física da população, sobre o fato de a educação pública estar sendo desmanchada em detrimento de universidades privatizadas, bem como sobre a moradia sendo pouco debatida pela política brasileira.

A questão trabalhista também foi bastante enfatizada pelos militantes como um dos eixos onde se perdem direitos. Historicamente, em nosso país, a imagem do trabalhador permaneceu relacionada ao trabalho excessivo e às muitas condições desumanas de trabalho, imagem pela qual ainda há muito que se lutar, como aponta Henrique: “A questão do trabalho, os direitos trabalhistas que estão sendo retirados, cortados, cada vez mais a gente tá próximo de um trabalho indo em direção a um trabalho escravo”.

A fala acima faz alusão ao trabalho escravo, sendo que, essa probabilidade estabelece um enfoque desmotivador para que os jovens adentrem no mercado de trabalho com expectativas de obterem retorno que possibilite estabilidade e melhorias em suas vidas. A Organização Internacional do Trabalho faz conexão com os direitos humanos e define trabalho digno como aquele que garante aos trabalhadores remunerações justas, segurança, igualdade e condições de uma vida digna (OIT, 2005). No entanto, em nosso país, as leis trabalhistas estão sob constante ameaça, de forma a serem aumentadas jornadas de trabalho, com salários aquém do esperado, sendo nesse sentido que os militantes remeteram ao trabalho escravo.

Nessa perspectiva, de direitos interditados, também são colocados em destaque os que proporcionam envolvimento dos cidadãos em decisões da vida pública. A fala abaixo descreve essas circunstâncias, referindo-se ao caráter “criminoso” que é comumente atribuído aos movimentos sociais que se manifestam contra os retrocessos apresentados cotidianamente:

“... a prisão do presidente Lula, isso agora deve atingir os movimentos sociais, sindicatos, partidos, todo o campo da esquerda deve começar a ser perseguido e criminalizado cada vez mais...” (Henrique).

“...eu vejo que os movimentos sociais populares do campo da esquerda já sofrem isso, sempre sofreram, respiraram um pouquinho nos anos 2000, e a partir do golpe essa perseguição, essa criminalização aumentou e tende a aumentar ainda muito mais. [...] a gente vai lutar pra poder se manifestar, que a gente tem direito a lutar pelos direitos.” (Eduardo).

A missão de protestar contra as decisões desumanas do governo passa a ser arriscada para os movimentos sociais, a partir do momento que o interesse do primeiro é enfraquecer qualquer manifestação que coloque em risco sua governabilidade. Coimbra e Leitão (2007) relembram que as pessoas que se posicionaram contra o sistema ditatorial entre 1960 a 1970, sofreram fortes violências e torturas, sendo muitos deles mortos, e tais ações eram justificadas através do argumento de que eram perigosos. Além da criminalização, a história é contada com intenção de minimizar as lutas sociais desses militantes, sintoma que parece se perpetuar até a atualidade.

A esquerda brasileira e as organizações ligadas a ela são diminuídas e colocadas, em especial pela mídia televisiva hegemônica do país, como baderneiras e suas manifestações são desmerecidas com o intuito de enfraquecer e deslegitimar seus protestos. Sauer (2008), aponta que a criminalização da esquerda é um movimento cultural na sociedade brasileira, pois desde a colonização os grupos unidos com poder não reconhecem organizações que se estruturam contra suas ações. Essas criminalizações aconteceram e permanecem a acontecer por meio da não escuta de suas reivindicações e também pelas restrições e repressões de suas manifestações. Nesse sentido, manifestações públicas são vistas como ameaçadoras à ordem social e reações

perversas são aplicadas contra manifestantes. A fala de Henrique também traz um pouco desse cenário: “Acho que os direitos civis também estão sendo desrespeitados, de manifestação, que a gente tá vendo aí o pessoal não podendo se manifestar, porque tem uma repressão maior”. E Mariana complementa: “Os direitos de participação na sociedade estão limitados, a nossa segurança, o nosso direito de ir e vir [...]. O nosso direito enquanto ser humano, de existir e exercer a nossa cidadania plena e de qualidade, isso não tá sendo permitido”.

Nas falas acima, visibiliza-se a limitação imposta ao povo de se manifestar perante as injustiças geradas pelo sistema governamental, que muitas vezes reage por meio de ações militarizadas e desumanas. Entre as decisões do governo, que mobilizam protestos podem gerar revolta popular, estão questões como as citadas por Mariana: “privatizar as universidades, privatizar a saúde, a segurança, privatizar serviços que são públicos, então a conjuntura apertou muito nesses últimos tempos [...] e a gente tem que tá dando uma resposta porque é a nossa vida em jogo”.

Essas questões ferem diretamente a vida da juventude, da classe trabalhadora, da vida das mulheres e negros, e laceram diretamente os direitos humanos, gerando revolta e indignação no âmbito do LPJ. Nesta direção, Franco (2018) mostra o quanto as mulheres ainda sofrem efeitos de um discurso conservador e machista, o que corrobora para que as mulheres sejam colocadas à margem de espaços de poder e classes dominantes. Frisa-se que, sob o engodo de uma crise econômica, os direitos sociais vêm sendo derrubados e com isso as mulheres negras são ainda mais discriminadas. Nessa perspectiva, Marcela aponta essa realidade: “Os direitos dos negros e negras, eles tão gritantes de forma como são desrespeitados; dos indígenas, das mulheres, principalmente das mulheres negras”.

Deste modo, os(as) militantes lembraram de muitas crueldades contra as mulheres, de tantas que perdem a vida pelo fato de serem mulheres e o aniquilamento de ativistas por direitos humanos. Nesse contexto de apontar agressividades e violência, a praticada contra a natureza, também foi lembrada por Júlia como uma das bandeiras de luta no LPJ: “A questão da natureza, sabe? Eles tão vendendo nossas maiores riquezas enquanto país”. A entrevistada aponta preocupação em relação à privatização de bens naturais e nacionais, a preocupação de saber que riquezas brasileiras se tornam mercadorias do capital, considerando que seu desmantelamento pode levar o país à fortes crises que já afetam a camada mais pobre da sociedade.

Os integrantes do LPJ apontaram, portanto, uma infinidade de direitos que estão sendo dizimados ou enfraquecidos na atualidade. Demonstram, em função disso, a necessidade da movimentação jovem em prol da defesa dos direitos que foram conquistados outrora por muitos outros jovens, em tempos tão sombrios quanto os vividos nos dias de hoje. Com base nos

direitos desrespeitados assinalados pelos entrevistados, as lutas do movimento se baseiam e se intensificam, na busca incessante de uma conscientização popular a respeito das atitudes negativas que acompanham as muitas decisões políticas que direcionam os rumos do Brasil. Ou seja, percebe-se que a preocupação do movimento acaba não se limitando às questões juvenis, ao contrário, diz respeito a tudo que acomete ao povo brasileiro.

4.4 Aquela velha utopia!

Ao finalizar a pesquisa, a pergunta feita aos seis militantes objetivou que pudessem fugir rapidamente da presente realidade e imaginassem como seria o mundo se os direitos pelos quais lutam fossem proporcionados de forma integral à população. As falas mostraram que, por meio dessa ideia imaginária, seria muito mais fácil e melhor de viver em nosso país: “Eu acho que seria bem mais fácil assim, eu acho que seria bem melhor né, se os nossos direitos fossem realmente garantidos” (Marcela). Ricardo acrescenta: “Ah, eu imagino que seria um local muito melhor, né, é até difícil a gente imaginar como seria a sociedade, tamanha é a crueldade dos dias de hoje”.

A possibilidade de todos os direitos estarem mantidos e assegurados são colocados no campo utópico: “Ai, aquela velha utopia né!” (Mariana). Para Berger (2015), a utopia para os movimentos sociais sinaliza um campo em que se almeja atingir ao mesmo tempo em que demarca a realização das lutas que mobilizam sua existência. Ou seja, a utopia faz parte do processo de idealização de um por vir possível e real. Nas falas, portanto, apesar de se atribuir à utopia, o senso de realidade se fez presente:

“Eu acho que se os direitos fossem assegurados talvez não tivesse tanta gente militando né. Porque todos esses desfalques nos direitos é o que nos leva à rua; a questão da educação, da saúde, da moradia, da liberdade de expressão, são coisas que nos levam a rua. [...] A gente teria talvez um maior conhecimento por parte dos jovens, das gerações ali; da importância de lutar por igualdade; de dar uma vida que não seja de tornar as pessoas e todas as coisas como mercadoria; acredito que isso” (Henrique).

Assim, diante da questão referente à possibilidade de contar utopicamente com todos os direitos garantidos, os militantes mostraram que isso tornaria desnecessária, inclusive, sua atuação na sociedade. Afinal, a militância só se torna indispensável e fundamental em um país onde os direitos de fato não sejam plenamente considerados. A fala seguinte traz uma visão sobre a possibilidade de direitos ofertados de maneira eficaz:

“Então eu imagino que as pessoas poderiam ter direito a um dia a dia mais feliz, mais saudável principalmente, e com possibilidade de construir coisas positivas pra o seu entorno, pra sociedade, eu gostaria muito que isso fosse possível. E tenho certeza que a história é feita de altos e baixos, e até a gente ficar velhos a gente tem condições de construir coisas melhores do que a gente tem hoje!” (Ricardo).

A esperança rebrota na fala do participante, de maneira que os direitos humanos permanecem sendo vistos como essenciais para que se tenha uma vida digna. Ao mesmo tempo em que a fala seguinte vem discorrer sobre o pouco entusiasmo em pensar positivamente sobre os direitos humanos de forma garantida, pois essa missão demanda enfrentar dificuldades:

“É muito difícil falar com otimismo assim. Eu vou te dizer que a gente vai continuar lutando, em todos os espaços que a gente tá, pelos nossos direitos, com todas as bandeiras que eu te falei anteriormente, vai se continuar lutando, mas que vai ser cada vez mais difícil, não é nem chegar neles, é discutir eles; porque cada vez mais os movimentos vão começar a ser criminalizados, mas a gente vai lutar pra poder se manifestar, que a gente tem direito a ter direitos” (Eduardo).

Por fim, a fala seguinte vem mostrar um pouco da utopia de que vários grupos pudessem ter voz e participação política na sociedade:

“Ou seja, o futuro que a gente gostaria, que nossos direitos fossem garantidos, que a constituição não servisse só como palavras bonitas numa carta; que ela servisse como de fato é pra servir, pra dar o direito de nós exercermos nossa cidadania plena, que a gente pudesse participar ativamente da sociedade e dos futuros, nós somos os protagonistas, nós, nossa classe, nós mulheres, nós LGBTs, negros e negras; nós, essa classe trabalhadora que vai construir um futuro, e é um futuro que tem que ser onde a gente seja protagonista da mudança e das ações também; que a gente consiga exercer minimamente o nosso direito de existir; e existir com respeito, cidadania, participação” (Mariana).

Nessa perspectiva, pode-se afirmar que os direitos são retratados e inspirados em vivências que reelaboram a todo o momento seu potencial significado e que a garantia deles de forma sólida garantiria à população uma vida menos injusta. Com isso, viver para além da utopia se faz obrigatoriamente necessário, mas sem perder a esperança de que melhorias importantes e significativas irão chegar.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os direitos humanos, principalmente os descritos na Declaração Universal dos Direitos Humanos, são habitualmente debatidos como essenciais à existência humana e defendidos para toda a população. No entanto, atentar para que muitos deles sejam ofertados de maneira

igualitária para todas as pessoas acaba sendo uma tarefa da comunidade como um todo, o que mostra a necessidade da participação social nos rumos de nosso país.

Na luta por essas garantias, está o LPJ que, além de lutar por direitos básicos em lei, transcende essas idealizações e busca instigar os jovens para que conheçam a constituição de seu próprio país. Nesta direção, este estudo buscou ouvir militantes do LPJ, que atuam em diferentes frentes, no intuito de conhecer o movimento, suas bandeiras de luta e os direitos que os integrantes do movimento entendem que não estão sendo respeitados.

Pode-se dizer que o LPJ abraça muitas causas, como a luta por uma educação que provoque mudanças estruturais, que oportunidades de acesso ao ensino público sejam verdadeiramente satisfatórias de maneira que a conclusão de etapas escolares e/ou acadêmicas possam ser realizadas e que o mercado de trabalho esteja aberto para receber esses jovens.

O movimento também luta por uma conscientização da população jovem sobre a própria história de nosso país, afinal, para que haja mudanças, faz-se fundamental ter clareza dos fatos ocorridos, que nos conduziram até nossa atualidade. Para eles, o período ditatorial precisa ser mostrado de maneira clara e reflexiva, para que esse período não volte a se consolidar nesse momento perigoso para o país atualmente. O LPJ luta para que haja consciência dos fatos que hoje ocorrem, nesse governo que se diz democrático, mas que mostra ações muito semelhantes ao período que iniciou em 1964, e que de forma sutil hoje permanece.

Os militantes entrevistados também enfatizaram o cuidado necessário para que as mulheres sejam cuidadas e respeitadas e que seus direitos sejam assegurados na sociedade predominada pelo machismo e por questões que advém de campos sociais moralistas. A bandeira LGBT também é pauta para o LPJ. A diversidade sexual também deve ser garantida e respeitada e suas lutas não devem ser silenciadas, assim como a vida da juventude negra que é associada inúmeras vezes à periculosidade, ao tráfico e à violência.

A dignidade no âmbito do trabalho também faz parte das frentes de luta do LPJ, no sentido de que as leis sejam feitas para beneficiar o trabalhador ao invés de torná-lo escravo. A luta pelo campo, pela terra, também ganha ênfase no LPJ, em virtude também da forte relação da construção do movimento com organizações do meio rural, como o MTST. Outro direito diz respeito à aspectos ambientais, sendo que houve a referência em relação à bens naturais que estão sendo vendidos pelos governantes atualmente. Todos estes direitos precisam ser pautados constantemente para que se possibilitem reflexões pertinentes e que mudem estruturas sólidas de preconceito, de vulnerabilidade e de violência que assolam o país.

Assim, a escuta aos integrantes do LPJ proporcionou compreender um importante movimento social atual da juventude que ousa expandir sonhos e lutar por igualdade. Os direitos

indispensáveis para a vida humana, a juventude em busca permanente por eles, ambos reunidos em uma sigla, LPJ. O direito a existir deve ser garantido, de existir enquanto cidadão com condições básicas de sobrevivência, vontades, sonhos, ideais. O direito de estar na terra e permanecer/existir nela; o direito de existir enquanto negro, indígena, mulher, LGBT; o direito de existir com vida digna e direitos assegurados. E o direito de existir enquanto movimento social que reivindica melhorias para tantas vidas que são deixadas no esquecimento em nosso país.

Essencialmente, a história e bandeiras de luta do presente movimento fazem transparecer e fortalecer a relação existente entre direitos humanos, movimentos sociais e juventude. Mostra que a juventude está atenta ao contexto e às condições de existência de nosso país e que não está alheia às realidades de opressão. Percebeu-se que o movimento tem garra e motivação para enfrentar os desafios impostos pela política e sociedade brasileira. A partir disso, as utopias constituem o cerne de qualquer movimento que sonha com igualdade e justiça entre os povos. Disponibilizam-se a ser fonte de transformação social e com isso alimentam suas ações de esperança de que outro mundo seja possível, por meio de luta, festa e afetos, da valorização das subjetividades e da participação social, apesar da dureza dos acontecimentos na atualidade.

Diante disso, proporcionar escuta ao LPJ possibilitou que as angústias do povo brasileiro, principalmente daquele povo que é massacrado diariamente pelas crueldades da nossa cultura, sejam escutadas, pela voz potente que há em um movimento social. Por ser forte, muitos insistem em calar, criminalizar e diminuir os feitos desses grupos. Por essa razão, espaços como esses devem ser criados e potencializados para que mais pessoas tomem conhecimento acerca de seus próprios direitos e assim possam apoiar suas lutas.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2010.

BENEVIDES, S.; LUZ, S. Juventudes e participação: os atores de uma nova dimensão do político: o caso do Levante Popular da Juventude. In: **Acta Científica XXIX Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología de 2013**, Santiago, Chile, 2013.

BERGER, P. Movimentos Sociais, Futuro e Utopia. **Revista Marxismo e Autogestão**. v. 2, n. 3, p. 211-227, 2015.

CBDDDH. Comitê Brasileiro de Defensoras e Defensores de Direitos Humanos. **Vidas em Luta: Criminalização e Violência contra defensoras e defensores de direitos humanos no Brasil**, 2017. Recuperado de: http://comiteddh.org.br/wp-content/uploads/2017/07/terra-de-direitos_dosie_040717_web.pdf.

COIMBRA, C. M. B. Reparação e Memória. **Cadernos Arquivo Edgard Leuenroth**, v. 13, n. 24/25, p. 13-34, 2008.

COIMBRA, C. M. B.; LEITÃO M. B. S. Direitos Humanos e a Ética Militante. **Revista Brasileira de Direito Constitucional**, v. 9, s/n., p. 165-177, 2007.

COIMBRA, C. M. B.; PASSOS, E.; BENEVIDES, R. **Clínica e Política: subjetividade e violação dos Direitos Humanos**. Rio de Janeiro: Ed. Te Corá, 2002.

CONSULTA POPULAR. Por um Projeto Popular para o Brasil. Recuperado de < www.consultapopular.org.br >.

CUNHA, N. B.; SANTOS, W. S. Cidadania e Direitos Humanos: um estudo do movimento LGBT na Bahia. **V Encontro Nacional de Pesquisa e Extensão em Direitos Humanos e Fundamentais da UESC**, Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus, 2014.

FRANCO, M. Mulher, negra, favelada e parlamentar: resistir é pleonasma. In: RUBIN, L.; ARGOLO, F. (org.). **O Golpe na perspectiva de Gênero**. Salvador: EDUFBA, 2018. (pp. 117-126).

GOHN, M. G. **Movimentos Sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais**. 3ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

GOHN, M. G. Movimentos Sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**, v. 16, n. 47, p. 333-361, 2011.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada. Fórum Brasileiro de Segurança Pública Q2W(FBSP). **Atlas da violência 2017**. Brasília; 2017. Recuperado de < https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=30411 >.

LPJ. **Levante Popular Da Juventude**. (2016). Recuperado de < <https://levante.org.br> >.

MONTAÑO, C.; DURIGUETTO, M. L. **Estado, Classe e Movimento Social**. Rio de Janeiro: Cortez, 2011.

OIT. Organização Internacional do Trabalho. **Manual de Capacitação e Informação Gênero, Raça, Pobreza e Emprego**, 2005. Recuperado de < http://www.oit.org/brasil/publicacoes/WCMS_229415/lang--pt/index.htm >

ONU. Organização das Nações Unidas, 2018. Recuperado de < <https://nacoesunidas.org> >.

RUSKOWSKY, B. O. Do incômodo à ação beneficente e da indignação à ação contestatória: estudo sobre condições e mecanismos de engajamento nas Tribos nas Trilhas da Cidadania e no Levante Popular da Juventude. **Dissertação de Mestrado**, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

SANTOS, W. G. **A democracia impedida: o Brasil no século XXI**. Rio de Janeiro: FGV, 2017.

SAUER, S. **Processos recentes de criminalização dos movimentos sociais populares**. Site Terra de direitos, 2008. Recuperado de: < <https://terradereitos.org.br/wp-content/uploads/2008/10/Processos-recentes-de-criminalização-dos-movimentos-sociais-populares.pdf> >.

SCHAFER, G.; LEIVAS, P. C.; SANTOS, R. H. Discurso de ódio: Da abordagem conceitual ao discurso parlamentar. **Revista de Informação Legislativa**. v. 52, n. 207, p. 143-158, 2015.

SOUZA, C. et al. Formação Política como uma Forma de Enfrentamento à Violência na Juventude. **Revista Psicologia Política**. v. 14, n. 30, p. 367-383, 2014.